



Editorial

A *Revista Rebeca* chega à sua 28ª edição em meio a muitas transformações e desafios. Por um lado, desde há pelo menos dois anos, cresceu exponencialmente a demanda qualificada de artigos para a revista, tanto na seção *Dossiê* quanto na seção *Temáticas Livres*. Contando com uma equipe editorial reduzida, esta se viu frente a uma avalanche de textos, ao mesmo tempo bem-vinda, mas trazendo um excesso de trabalho. Como na maioria das revistas acadêmicas brasileiras, senão em todas, a equipe de editores faz um trabalho gratuito e voluntário, com base na crença na pesquisa e na paixão pelo trabalho editorial cuidadoso e de respeito para com pessoas autoras e pareceristas.

A crença na seriedade da pesquisa se mantém em meio ao desafio do crescimento do uso de inteligência artificial em todas as áreas do conhecimento. Além disso, considerando o caso específico da pesquisa no Brasil, o futuro fim do *Capex Qualis* nos coloca em ambiente de mais incertezas ainda. Afinal, o que fará de uma determinada revista um fórum privilegiado de divulgação de pesquisas e discussão de ideias? Como, enquanto revista brasileira, com artigos em sua maioria escritos em português (embora contemos com artigos em espanhol e, eventualmente, em inglês), atingiremos métricas e índices demandados por bancos de dados privilegiados como *Web of Science* ou *Scopus*? Como os pesquisadores de Cinema e Audiovisual sobreviverão em meio à lógica mercantil e algorítmica das citações? Um mercado que desconsidera a subárea de Cinema como detentora de características próprias, assim como todo o trabalho com o texto implicado no processo de sua avaliação e edição numa revista acadêmica, ao passo em que privilegia o algoritmo em detrimento do prazer do texto.

Além desses desafios no campo da pesquisa, há aqueles impostos no mercado audiovisual, entre os quais a dificuldade de se chegar a uma regulação justa das plataformas de *streamings* no Brasil. Essa discussão nos levou a propor um dossiê sobre as políticas públicas envolvidas no audiovisual brasileiro. Para isso, convidamos três especialistas para serem os organizadores do dossiê: Arthur Autran, Mannuela Costa e Aletéia Selonk. O Dossiê *O audiovisual brasileiro e as políticas públicas* conta com 11 artigos, que são apresentados pelos editores em texto redigido por eles. Há também, vinculados ao dossiê, um texto na seção *Fora de Quadro*, uma entrevista e uma resenha.



Além dos artigos do dossiê, a revista apresenta nesta edição mais 11 artigos na seção Temáticas Livres, além de entrevistas, resenhas e textos no *Fora de Quadro*. Abrindo a série de textos com temáticas livres, o artigo *A arte cinematográfica e a tragédia na África pós-colonial*, de Sílvio Marcus de Souza Correia, debruça-se sobre documentários realizados em solo africano, entre os anos 1960 e 1970, para discutir sobre a banalização da morte e da violência. Partindo de uma análise estética das imagens apresentadas nos filmes *Appunti per un'Orestiade africana* (1969), de Pier Paolo Pasolini, e *Der Leone have sept cabeças* (1970), de Glauber Rocha, o autor nos convida a uma reflexão crítica sobre a perspectiva terceiro-mundista, ora defendida por esses cineastas, e as contradições dessa perspectiva quando projetadas para o contexto africano.

Na sequência, há três artigos sobre filmes brasileiros, dois deles bem recentes. Em *Estética da Terra: a luta do MST pela experiência sensível e sensorial em Chão* (2019), de Camila Freitas, Leonardo Gonçalves da Silva analisa o caso proposto a partir de um panorama de produções nacionais que retratam o tema da luta da reforma agrária pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A conclusão do autor é que o documentário *Chão* se diferencia de outros filmes ao representar o tema não apenas com uma abordagem observacional, mas também por meio de procedimentos técnicos e estratégias sensíveis que encenam/performatizam a luta agrária, humanizam os atores sociais e fazem o espectador imergir no cotidiano de uma ocupação do MST.

Em *Etnografia da ficção no cinema: considerações a partir de Mato seco em chamas* (Joana Pimenta e Adirley Queirós, 2022), Luís Gongra e Samuel Paiva partem da expressão “etnografia da ficção”, proposta pelos diretores Adirley Queirós e Joana Pimenta durante um debate no *60º New York Film Festival*, e a associam ao método de trabalho dos diretores e à teoria dos cineastas proposta por Jacques Aumont. A etnografia da ficção funciona no limiar entre ficção e documentário e é voltada à própria comunidade periférica em que se desenvolve o filme *Mato seco em chamas*, numa lógica autoetnográfica, dando ênfase à fabulação das memórias dessas coletividades periféricas, criando, assim, uma nova possibilidade de realidade para elas.

Por fim, o artigo *Domésticas - o filme (2001) e O casamento de Louise (2001): uma virada crítica nos “filmes de domésticas”*, de Vit Tiscoski Ramos, analisa os filmes dirigidos, respectivamente, por Fernando Meirelles e Nando Olival, e por Betse de Paula, para discutir como o cinema brasileiro tem acompanhado mudanças estruturais na sociedade, sobretudo no que diz respeito à representação de domésticas, atividade desempenhada principalmente por mulheres pobres e negras, no Brasil. De acordo com



o autor, esses filmes estão inseridos no subgênero “filmes de domésticas” e, embora reproduzam muitos dos estereótipos e estigmas provenientes do período colonial escravocrata, suscitam um importante debate público sobre as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, e que se manifestam na forma de representar trabalhadoras domésticas como pessoas sem ambições e consciência de classe. Com isso, negam, no plano da representação fílmica, a longa luta dessas trabalhadoras em busca de seus direitos trabalhistas.

Os próximos três artigos, partindo da crítica de Guy Debord ao espetáculo, referem-se a temas como função da arte, construção de personagens e do espaço-tempo da narrativa, que vão além das fórmulas comumente empregadas pelo cinema hollywoodiano.

Assim, no artigo *O desvio em Guy Debord e a crítica ao cinema espetacular*, César Carlos Mota parte do conceito de desvio em Debord para empreender uma retomada do pensamento do filósofo e cineasta francês, suas influências teóricas e estéticas, e com isso compreender sua crítica ao capitalismo e ao modelo de vida engendrado em uma sociedade mediada pelo espetáculo e pelo consumo. Fundador da Internacional Situacionista, grupo que buscava superar a arte e o capitalismo, Debord e os membros da I.S. viam o desvio como “um dispositivo que congrega tanto o aspecto político quanto o artístico”, aspectos que não podiam ser separados. Como parte dessa crítica, portanto, Mota detém-se na discussão de Debord sobre a arte e, em especial, sobre o cinema de espetáculo.

Em “*Just say no: Anti-melodrama e desconstrução da moral neoconservadora em Drugstore Cowboy de Gus Van Sant*”, Daniela Gomes problematiza as representações que o filme analisado constrói de indivíduos viciados em drogas. Para compreender o discurso da obra, a autora recupera o seu contexto de lançamento, principalmente as campanhas de combate às drogas do governo Reagan, marcadas pelo slogan moralizante *Just say no*. O argumento central do artigo parte do conceito de anti-melodrama: Daniela Gomes defende que *Drugstore Cowboy* é um ponto de inflexão em relação à representação de viciados no cinema estadunidense, na medida em que se opõe à estrutura melodramática clássica, em que os personagens são julgados e devem ser readequados.

No texto *A tradição do tempo: a transfiguração do ato contemplativo da poesia ao cinema*, Danilo de Athayde vê um certo tipo de cinema como *locus* privilegiado na contemporaneidade para o que chama de “lirismo contemplativo”, caracterizado pelo tempo poético e por uma sensação de tempo expandido. Athayde observa a forte





presença dessa característica na tradição judaico-cristã por meio de exemplos da Bíblia e observa como ela se manifesta de forma diversa em diretores autorais do cinema moderno e contemporâneo: Andrei Tarkovski, Ingmar Bergman, Lars von Trier, Terrence Malick, Martin Scorsese, Chantal Akerman e Denis Villeneuve.

Finalmente, há quatro artigos relacionados ao campo do som no audiovisual. Em *Planos que desvendam canções: a presença do cinema direto em Elis e Tom - só tinha de ser com você*, Fabiano Grendene de Souza faz uma detalhada análise fílmica de sequências do documentário musical do título (dirigido por Roberto de Oliveira e Jom Tob Azulay, lançado em 2022), que trata da gravação do LP homônimo por dois expoentes da música brasileira, Elis Regina e Tom Jobim. Grendene se centra num dos materiais contidos no filme: a filmagem em 16mm, no ano de 1974, em Los Angeles, durante as sessões de gravação do LP – material cuja captação, segundo o autor, teve como base princípios do cinema direto. O artigo dá ênfase às letras das canções presentes nessas sequências.

A frase com que José Nicolau Pinto começa o título de seu artigo, “*Em vez de olhar, prefiro escutar*”: *modos de representação sonoros e musicais em Branca de Neve de João César Monteiro*, dita pela personagem Branca de Neve no filme homônimo de 2000, do diretor português João César Monteiro, esclarece o tamanho da importância do som no filme, tanto em seu resultado final, quanto no processo de produção. Diálogos (traduzidos da obra original de Robert Walser) são ouvidos em tela preta, com sons do ambiente: a representação imagética é deixada para a imaginação do espectador. Por sua vez, a entrevista feita pelo autor com o técnico de som e mixador Joaquim Pinto denota o inusual processo de produção do filme, em que o som foi captado e mixado primeiro, à espera das imagens que não vieram. No caso da música, ela é colocada à parte dos outros elementos sonoros: as telas pretas são alternadas com imagens do céu e uma imagem de ruínas ao som de música preexistente do compositor contemporâneo Salvatore Sciarrino, além das imagens de tapeçaria antiga que começam e terminam o filme ao som de Rossini e Heinz Holliger. Também o silêncio é um elemento para ser ouvido separadamente em planos com imagens sem som.

Os diversos elementos sonoros no audiovisual também são a base do artigo *As transformações das vozes no Noticiero Icaic em sua primeira década*, de Cristina Alvares Beskow, Ivette Céspedes Gómez, Glauber Lacerda e Mariana Villaça. Os autores mostram, por meio de análise rigorosa, as mudanças na primeira década do cinejornal cubano (que existiu de 1960 a 1990) em direção a uma diminuição da voz do narrador e aumento da presença de entrevistas e discursos, gravadas em som sincrônico, em



consonância com princípios do documentário moderno. No caso da música, ela tem presença diminuída em quantidade, mas aumenta a sua diversidade, incluindo versões orquestrais de pop e rock internacionais, sendo nelas percebido um estilo do Grupo de Experimentação Sonora, dirigido por Leo Brouwer.

Por fim, o artigo *Acessibilidade no cinema e no audiovisual: o gênero cinematográfico como variável na audiodescrição de filmes de horror*, de Flávia Affonso Mayer e Samuel Marinho Rodrigues de Pontes, trata de um tema que vem ganhando espaço na vida prática e na pesquisa: a acessibilidade por meio da audiodescrição. Os autores partem de uma contextualização de práticas correntes da audiodescrição e se centram na sua aplicação no gênero do horror. Som, cinematografia e *mise en scène* são as três categorias propostas pelos autores para serem consideradas durante a audiodescrição de filmes de horror.

Na seção *Fora de Quadro*, há três textos. O primeiro deles, trata-se do ensaio *Uma abordagem do filme A cor púrpura a partir do feminismo negro*, Mayra Silva dos Santos, observa como o filme *A cor púrpura* (Steven Spielberg, 1985), ao representar situações de opressão vivenciadas por mulheres afro-americanas, permite um profundo diálogo com o conceito de feminismo negro da socióloga Patrícia Hill Collins e a compreensão de que, mesmo em sociedades regidas pelo racismo, sexismo e exploração laboral, mulheres negras podem encontrar mecanismos de resistência e transformação em coletividade.

Em *Crianças-crias de Manguinhos em cena e seu discurso sobre o colonialismo através de sua experiência com o curta Meu nome é Maalum*, o autor Marco Aurélio da Conceição Correa compartilha conosco a experiência de exibir um curta de animação para crianças do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Manguinhos, no Rio de Janeiro, para juntamente com elas pensar os efeitos do colonialismo em nossa sociedade. Ao refletir sobre essa experiência, o pesquisador demonstra como essas “crianças-crias” – denominação utilizada em referência às crianças que seguem um repertório de práticas culturais das favelas – são capazes de compreender um conceito tão abstrato, quando provocadas pelos recursos de imagens e sons de uma obra audiovisual.

O último texto dessa seção, *Contribuições de Pesquisadores do Audiovisual Brasileiro pela Regulação do VOD no Brasil*, é um manifesto de autoria coletiva, assinado por 17 pesquisadores brasileiros, frente ao conturbado e difícil processo para a regulação do *streaming* no Brasil. Está relacionado ao Dossiê *O audiovisual brasileiro e as políticas públicas*.





Publicamos duas entrevistas. A primeira, *A trajetória de Tereza Trautman e os desafios da cineasta brasileira sob a ditadura militar*, foi realizada por Patrícia Furtado Mendes Machado e Maria Rita Nepomuceno com a cineasta brasileira Tereza Trautman. A entrevista pode ser entendida como parte de um movimento geral de conferir visibilidade a artistas mulheres, além de se encaixar no projeto de pesquisa coordenado por Machado sobre a produção e circulação de filmes feitos por mulheres durante a ditadura militar. Tereza Trautman relata o seu início na atividade cinematográfica; a produção e circulação de seu filme *Os homens que eu tive* (1973), assim como a censura recebida; a sua participação na Semana *A mulher no cinema brasileiro: da personagem à cineasta*, realizada em 1975, na Cinemateca Mam-Rio; o seu curta-metragem *O caso Ruschi*, de 1977, relacionado com pautas ecológicas, atualmente tão em voga.

O ambiente da ditadura militar volta a estar presente no conteúdo da segunda entrevista, *Dinafilme e a distribuição cinematográfica: políticas públicas e censura no Brasil*, realizada por Fernanda da Rocha Parrado com Felipe Macedo, figura fundamental do cineclubismo brasileiro e um dos responsáveis pela criação da distribuidora Dinafilme em 1976, que foi atuante até o final da década de 1980. A entrevista se relaciona com o Dossiê *O audiovisual brasileiro e as políticas públicas*.

Na seção de *Resenhas e Traduções*, há três resenhas de livros e uma tradução. A primeira resenha, *Cine-Diplomacia: revisão e desafios da Diplomacia Cultural do Cinema Brasileiro*, escrita por Jordana Nunes, refere-se ao livro *Diplomacia Cultural e o Cinema Brasileiro*, de Manuela Fetter Nicoletti, publicado em 2022. O livro está no campo interdisciplinar de Cinema e Relações Internacionais e, assim como a entrevista anteriormente mencionada, relaciona-se com o dossiê.

Em *Um guia temático sobre como falar de filmes*, José Douglas Alves dos Santos apresenta a resenha do livro *Como falar sobre cinema: um guia para apreciar a sétima arte* (Editora Bestseller, 2021), versão traduzida do livro escrito pela crítica estadunidense Ann Hornaday, em que a autora destaca como aspectos técnicos/objetivos das narrativas fílmicas podem ser articulados durante o processo de apreciação de uma obra cinematográfica. Para José Douglas, apesar das limitações de repertório fílmico com ênfase em produções de Hollywood, a obra se destaca pela linguagem acessível, capaz de abarcar diferentes perfis de público.

O texto intitulado *Meu ato criminoso é realizar filmes: a leitura crítica de Luís Felipe sobre a Trilogia do Luto* é uma resenha escrita por Isadora Ortiz Coelho do livro *“Meu ato criminoso é realizar filmes”: a construção do narrador na trilogia do luto, de Cristiano Burlan*, de autoria de Luís Felipe dos Santos, publicado em 2024 pela editora



Multifoco. A resenha apresenta os principais argumentos que compõem as análises dos filmes e classifica o livro como uma importante referência para pesquisas que exploram a relação entre narrativa, documentário e subjetividade.

Temos, finalmente, o texto *Dalcroze, a música e o cinema: caminhos para uma verdadeira unificação de linguagens*, de José Rafael Madureira, com a tradução do ensaio em francês *Le cinéma et sa musique*, publicado originalmente em 1925, escrito pelo compositor e pedagogo musical Émile Jaques-Dalcroze (1865-1950). Dalcroze viveu a época do cinema dito silencioso. Esteve na mítica sessão de 28 de dezembro de 1895 dos irmãos Lumière e afirma que não havia música acompanhando os curtos filmes. Nesse texto, que completou 100 anos em 2025, o autor suíço aponta princípios que considera pertinentes para guiar os acompanhamentos musicais dos filmes da época, e introduz elementos da Rítmica, método que desenvolveu, com aspectos comuns às artes da Música e do Cinema.

Feliz 2026 e uma boa leitura!

Miriam de Souza Rossini – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Luíza Beatriz Amorim Melo Alvim – Universidade de São Paulo

Morgana Gama – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Alex Damasceno – Universidade Federal do Pará

Márcio Zanetti Negrini – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul